

LEI Nº 2143, DE 29 DE AGOSTO DE 2003.

ESTABELECE A POLÍTICA MUNICIPAL DO LIVRO, SUA DIFUSÃO, ESTÍMULO À LEITURA E ÀS BIBLIOTECAS.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ, Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 72, § 9º, da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º A política municipal do livro obedecerá as disposições desta Lei e terá como objetivo o estímulo à difusão da leitura, à formação de uma sociedade leitora, o incentivo à produção literária e editorial e a preservação da cultura e da memória do Município e do País.

Art. 2º Para tornar efetivo o estímulo à difusão da leitura e à produção literária e editorial de que trata esta Lei, a Prefeitura Municipal tomará medidas objetivando:

I - dinamizar e democratizar a difusão do livro, através da sua mais ampla promoção;

II - estimular a utilização do livro como instrumento de pesquisa e formação da juventude;

III - realização de eventos de toda natureza para difusão do livro;

IV - criação e instalação de novas bibliotecas e salas de leitura pelo Município e em parceria com a iniciativa privada;

V - apoio às instituições de qualquer natureza que defendam e propugnem pela difusão do livro;

VI - transformar o Município de Unaí, pela sua posição geográfica e estratégica, em centro de difusão do livro em toda a região;

VII - desenvolver programas de estímulo à leitura através da Secretaria de Educação, Cultura e Lazer e programas sociais do governo.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação deverá estimular e fomentar a circulação de livros de autores de Unaí e região, através dos mecanismos instituídos nesta Lei.

Art. 4º O Município, através das autoridades competentes, combaterá a pirataria de livros, nos termos da legislação vigente.

Art. 5º O governo do Município promoverá, anualmente, a renovação do acervo das Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Escolares, para o que consignará dotação especial no orçamento.

Parágrafo Único - As Bibliotecas Escolares serão sempre abertas à comunidade em seu entorno, devendo as mesmas estabelecer normas e horários convenientes para o acesso do público, sem que este

perturbe o andamento normal das aulas.

Art. 6º A fim de assegurar o acesso livre, o governo estimulará a instalação de novas bibliotecas públicas em regiões estratégicas do Município e, inclusive na zona rural, ficando autorizado a instalação de bibliotecas públicas em equipamentos da administração pública e da sociedade civil organizada.

Parágrafo Único - Fica autorizada a celebração de convênios entre o Poder Executivo e entidades, associações e fundações, inclusive com repasse de verbas e construção de obras físicas e reformas, para estabelecer parcerias com o objetivo de criar, manter e ampliar bibliotecas existentes com acesso irrestrito ao público em geral.

Art. 7º Fica criada a Biblioteca Volante, cujo objetivo é levar o livro aos estudantes e à população em geral em locais não atendidos pela rede de bibliotecas.

Parágrafo Único - Caberá à Secretaria Municipal de Educação a organização da Biblioteca Volante, que terá dotação especial nesta pasta.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação organizará, anualmente, concursos literários de contos, romance, teatro e poesia para escritores em geral e, particularmente, para estudantes da rede de ensino público e privado, com premiação para estimular a produção literária.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação mobilizará, pelos meios e instrumentos a seu dispor, nos termos desta Lei, a comunidade para participar da difusão do livro, da construção, ampliação e modernização dos acervos das Bibliotecas Públicas.

Art. 10 O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que couber e for necessário à sua ampla e efetiva aplicação.

Art. 11 As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, sendo consignadas nos orçamentos futuros.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Unaí (MG), 29 de agosto de 2003; 59º da Instalação do Município.

VEREADOR ALBERTO MARTINS
Presidente

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 09/06/2015